

COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO DE ESTÁGIO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS



**XXI PROCESSO SELETIVO PARA ESTÁGIO
NA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO ACRE
2024**

CADERNO DE PROVAS

XXI PROCESSO SELETIVO DE ESTÁGIO – PGE/AC

Leia cada questão atentamente e com calma. Aproveite ao máximo o tempo disponibilizado para realização da prova. Reserve pelo menos os últimos 20 minutos para preenchimento do cartão-resposta.

Boa prova!

QUESTÕES OBJETIVAS

Direito Constitucional

1) O que é uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI)?

- a) Instrumento que visa aumentar a constitucionalidade de uma lei ou ato normativo federal perante a justiça estadual.
- b) Ferramenta para revisar decisões judiciais passadas.
- c) Ação utilizada para resolver conflitos de interpretação entre leis estaduais e a Constituição.
- d) Ação utilizada para verificar a conformidade de leis ou atos normativos federais ou estaduais em face da Constituição Federal.

2) Segundo o artigo 41 da Constituição Federal, após quantos anos de efetivo serviço um servidor público adquire estabilidade?

- a) 2 anos.
- b) 3 anos.
- c) 5 anos.
- d) 10 anos.

3) O artigo 39 da Constituição Federal prevê a criação de um regime jurídico único para os servidores da administração pública direta, autárquica e fundacional. Qual é a principal implicação desse regime?

- a) Permite a contratação de servidores públicos sob o regime da CLT.
- b) Garante que todos os servidores sejam contratados por tempo indeterminado.
- c) Impõe um padrão uniforme de contratação, direitos e deveres para os servidores.
- d) Obriga que todos os servidores sejam remunerados com base no salário mínimo.

4) De acordo com o artigo 38 da Constituição Federal, o que acontece com o servidor público que se candidata a mandato eletivo?

- a) Será imediatamente demitido do serviço público.

- b) Receberá licença, sendo afastado de suas funções sem remuneração.

- c) Terá direito a licença, sendo afastado de suas funções e mantido o direito à remuneração.

- d) Continuará em suas funções normais sem nenhuma alteração.

5) Com base no inciso XI do artigo 37 da Constituição Federal, que trata do teto remuneratório dos servidores públicos, identifique a assertiva INCORRETA:

- a) Os subsídios dos Deputados Estaduais e Distritais podem exceder 90,25% do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, desde que aprovado por lei estadual.

- b) Nos municípios, o limite de remuneração é estabelecido com base no subsídio do Prefeito.

- c) No âmbito dos Estados e do Distrito Federal, o subsídio dos Governadores serve como teto para a remuneração dos servidores no Poder Executivo.

- d) A remuneração dos servidores públicos não pode exceder o subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

6) Qual o recurso e o Tribunal responsável por julgar as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida contrariar dispositivo da Constituição?

- a) Recurso Extraordinário ao Supremo Tribunal Federal.

- b) Recurso Extraordinário ao Superior Tribunal de Justiça.

- c) Recurso Especial ao Supremo Tribunal Federal.

- d) Recurso Especial ao Superior Tribunal de Justiça.

7) Qual é a etapa final para a promulgação de uma Emenda à Constituição no Brasil?

- a) Sanção presidencial.

- b) Aprovação pela maioria absoluta do Senado.

- c) Aprovação por três quintos dos votos de ambas as casas do Congresso em dois turnos.

- d) Aprovação pela maioria simples do Congresso.

XXI PROCESSO SELETIVO DE ESTÁGIO – PGE/AC

8) Qual das seguintes afirmações melhor descreve o sistema de legislação concorrente entre União e Estados, conforme dispõem parágrafos do artigo 24 da Constituição Federal?

- a) A União tem competência exclusiva para legislar sobre normas gerais e os Estados não podem legislar na ausência de lei federal.
- b) A União estabelece normas gerais e, na ausência destas, os Estados não podem exercer competência legislativa plena.
- c) Os Estados têm competência para legislar de maneira suplementar sobre normas gerais estabelecidas pela União, e podem legislar plenamente na ausência de normas gerais federais.
- d) Quando uma lei federal sobre normas gerais é promulgada, ela automaticamente revoga qualquer lei estadual existente, independentemente de contradições.

9) De acordo com o artigo 103 da Constituição Federal, podem propor a ação declaratória de constitucionalidade e a ação direta de inconstitucionalidade, EXCETO?

- a) O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- b) Qualquer membro do Congresso Nacional.
- c) A Mesa da Câmara dos Deputados.
- d) Uma confederação sindical de âmbito nacional.

10) De acordo com o artigo 103-A da Constituição Federal, qual é o efeito de uma súmula vinculante aprovada pelo Supremo Tribunal Federal?

- a) A súmula vinculante só é aplicável dentro do âmbito do Supremo Tribunal Federal e não afeta outras instâncias.
- b) A súmula vinculante é uma recomendação para os tribunais, mas não tem caráter obrigatório.
- c) Uma súmula vinculante, uma vez aprovada, tem efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta nas esferas federal, estadual e municipal.
- d) A súmula vinculante serve apenas para orientar a administração pública e não tem efeitos sobre decisões judiciais.

Direito Ambiental

11) O meio ambiente ecologicamente equilibrado é direito de todos, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defender e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Para assegurar a

efetividade desse direito coletivo, incumbe ao Poder Público:

- a) Controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente, exceto as usinas que operem com reator nuclear.
- b) Definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo vedadas a alteração, a supressão e a utilização, ainda que não comprometam a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção.
- c) Preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas.
- d) Preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa, vedada a manipulação de material genético.

12) Em matéria ambiental, a competência administrativa é comum e deve ser exercida em cooperação pelos entes federativos, sendo CORRETO afirmar, segundo a Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, que:

- a) Os empreendimentos e atividades são licenciados ou autorizados, ambientalmente, por todos os entes federativos.
- b) Os empreendimentos e atividades são licenciados ou autorizados, ambientalmente, por um único ente federativo, conforme a repartição legal de competências.
- c) Os empreendimentos e atividades são licenciados ou autorizados, ambientalmente, pelos Estados, sob referendo da União, vedado o licenciamento pelos Municípios.
- d) Os empreendimentos e atividades são licenciados ou autorizados, ambientalmente, pela União, ouvidos os Estado e os Municípios.

13) Segundo a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, é CORRETO afirmar que:

- a) A partir de sua entrada em vigor, fica proibida a emissão de efluentes de unidades de tratamento de esgotos sanitários em desacordo com os padrões estabelecidos pela legislação ambiental.
- b) No prazo de um ano de sua entrada em vigor, fica proibida a emissão de efluentes de unidades de tratamento de esgotos sanitários em desacordo com os padrões estabelecidos pela legislação ambiental.

XXI PROCESSO SELETIVO DE ESTÁGIO – PGE/AC

c) No prazo de dez anos de sua entrada em vigor, fica proibida a emissão de efluentes de unidades de tratamento de esgotos sanitários em desacordo com os padrões estabelecidos pela legislação ambiental.

d) Serão estabelecidas metas progressivas para que a qualidade dos efluentes de unidades de tratamento de esgotos sanitários atenda os padrões estabelecidos pela legislação ambiental.

14) Nos termos da Lei nº 12.651, de 2012, as pessoas físicas ou jurídicas que utilizam matéria-prima florestal oriunda de supressão de vegetação nativa ou que detenham autorização para supressão de vegetação nativa:

a) são obrigadas à reposição florestal.

b) são obrigadas à recomposição da vegetação.

c) são obrigadas a promover o sequestro de carbono emitido na queima não autorizada da matéria prima florestal.

d) são obrigadas a emitir Cotas de Reserva Ambiental – CRA.

15) Qual das alternativas abaixo está em DESACORDO com os Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente previstos na Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981:

a) O estabelecimento de padrões de qualidade ambiental.

b) O sistema nacional de informações sobre o meio ambiente.

c) A avaliação de impactos ambientais.

d) O licenciamento ambiental, vedada a revisão de licenças concedidas.

Direito Processual Civil

16) Em relação às Normas Fundamentais do Processo Civil, assinale a opção CORRETA:

a) É assegurada às partes paridade de tratamento em relação ao exercício de direitos e faculdades processuais, aos meios de defesa, aos ônus, aos deveres e à aplicação de sanções processuais, competindo ao juiz zelar pelo efetivo contraditório.

b) Aquele que de qualquer forma participa do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé, não se aplicando ao réu este preceito, em razão do caráter absoluto do direito à ampla defesa.

c) Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins econômicos e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana, independentemente

da observância da proporcionalidade e da razoabilidade.

d) As partes têm o direito de obter no prazo prorrogável de 2 (dois) anos a solução integral do mérito, excluída a atividade satisfativa.

17) Sobre as Normas Fundamentais do Processo Civil, nos termos do Novo Código de Processo Civil, marque a opção INCORRETA:

a) As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa.

b) É permitida a arbitragem, na forma da lei.

c) O processo começa por iniciativa da parte e se desenvolve por impulso oficial, salvo as exceções previstas na doutrina e nos costumes.

d) O Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos.

18) Assinale a alternativa CORRETA que preencha a lacuna. A ação possessória imobiliária será proposta no _____.

a) foro de domicílio do advogado.

b) foro de situação da coisa, cujo juízo tem competência absoluta.

c) foro de domicílio do filho menor de idade.

d) foro de domicílio do inventariante.

19) Sobre a Competência no CPC, é INCORRETO afirmar que:

a) A incompetência absoluta somente poderá ser alegada na contestação.

b) Reputam-se conexas 2 (duas) ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir.

c) É competente o foro de domicílio do réu para as causas em que seja autor Estado ou o Distrito Federal.

d) Determina-se a competência no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem órgão judiciário ou alterarem a competência absoluta.

20) O Novo Código de Processo Civil estabelece expressamente que "a competência determinada em razão _____ é inderrogável por convenção das partes". Assinale a alternativa CORRETA que preencha a lacuna.

XXI PROCESSO SELETIVO DE ESTÁGIO – PGE/AC

- a) do território.
- b) do valor da causa.
- c) da matéria, da pessoa ou da função.
- d) da vontade do diretor de secretaria.

21) Em relação à Advocacia Pública, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Incumbe à Advocacia Pública, na forma da lei, defender e promover os interesses das pessoas jurídicas de direito privado que não integram a administração direta e indireta.
- b) O membro da Advocacia Pública não será civil e regressivamente responsável quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções.
- c) Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público.
- d) A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas entidades da Administração Indireta gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal.

22) Sobre a Advocacia Pública, marque a alternativa INCORRETA:

- a) O membro da Advocacia Pública será civil e regressivamente responsável quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções.
- b) Incumbe à Advocacia Pública, na forma da lei, defender e promover os interesses públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por meio da representação judicial, em todos os âmbitos federativos, das pessoas jurídicas de direito público que integram a administração direta e indireta.
- c) A intimação pessoal da Advocacia Pública far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico.
- d) A Advocacia Pública é formada pelos Procuradores de Estado, Procuradores de Justiça e Procuradores da República.

23) De acordo com o Novo Código de Processo Civil, a petição inicial será indeferida quando:

- a) a parte for manifestamente legítima.
- b) for inepta.
- c) o autor possuir interesse processual.
- d) o réu possuir mais de 70 anos.

24) São títulos executivos judiciais, EXCETO:

- a) a decisão homologatória de autocomposição extrajudicial de qualquer natureza.
- b) as decisões proferidas no processo civil que reconheçam a exigibilidade de obrigação de pagar quantia, de fazer, de não fazer ou de entregar coisa.
- c) a decisão homologatória de autocomposição judicial.
- d) a certidão de dívida ativa da Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, correspondente aos créditos inscritos na forma da lei.

25) De acordo com o Artigo 783 do Novo Código de Processo Civil, a execução para cobrança de crédito fundar-se-á sempre em título de obrigação _____. Assinale a alternativa CORRETA que preenche a lacuna.

- a) certa, ilíquida e exigível.
- b) incerta, líquida e inexigível.
- c) certa, líquida e inexigível.
- d) certa, líquida e exigível.

Direito Civil

26) Marque a opção CORRETA de acordo com o Código Civil:

- a) Os pródigos são relativamente capazes.
- b) São absolutamente incapazes os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática dos atos da vida civil.
- c) Os menores de dezesseis anos são relativamente incapazes.
- d) Os maiores de dezesseis anos e menores de dezoito anos são absolutamente incapazes.

27) Sobre os negócios jurídicos, marque a opção INCORRETA:

- a) A validade do negócio jurídico requer agente capaz; objeto lícito, possível, determinado ou determinável; e forma prescrita ou não defesa em lei.
- b) O silêncio importa anuência, quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem, e não for necessária a declaração de vontade expressa.
- c) Nas declarações de vontade se atenderá mais à intenção nelas consubstanciada do que ao sentido literal da linguagem.

XXI PROCESSO SELETIVO DE ESTÁGIO – PGE/AC

d) Os negócios jurídicos benéficos e a renúncia se interpretam extensivamente.

28) A respeito dos bens conforme previsão do Código Civil, assinale a afirmativa INCORRETA:

- a) São bens fungíveis os móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.
- b) Principal é o bem que existe sobre si, abstrata ou concretamente; acessório, aquele cuja existência supõe a do principal.
- c) Os bens públicos estão sujeitos a usucapião.
- d) O direito à sucessão aberta é considerado bem imóvel para os efeitos legais.

29) Sobre a prescrição, marque a opção CORRETA:

- a) A exceção prescreve no mesmo prazo em que a pretensão.
- b) Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes.
- c) A prescrição iniciada contra uma pessoa não continua a correr contra o seu sucessor.
- d) Quando a lei não lhe haja fixado prazo menor, a prescrição ocorre em vinte anos.

30) Sobre o domicílio e direitos da personalidade, marque a assertiva INCORRETA:

- a) O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo.
- b) O domicílio de um Estado é sua capital.
- c) Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome.
- d) É possível usar o nome alheio em propaganda comercial mesmo sem autorização.

Direito Administrativo

31) O art. 37 da Constituição Federal prevê que "a Administração Pública, direta e indireta, de quaisquer dos Poderes da União, do Distrito Federal e dos Municípios, deve obedecer aos princípios que a regem." A respeito dos princípios constitucionais que regem a atuação pública, assinale a assertiva CORRETA:

- a) Pelo Princípio da Legalidade, o agente público é autorizado a fazer, em favor do interesse público, tudo que a lei não proíbe.

b) Pelo Princípio da Impessoalidade, as autoridades públicas devem ter seus nomes protegidos e os atos que praticaram mantidos em segredo, a fim de evitar sua exposição pessoal aos contribuintes e eleitores.

c) Pelo Princípio da Eficiência, o gestor público deve implementar inovações organizacionais utilizando os recursos disponíveis de forma a obter proveito máximo com custos mínimos.

d) Pelo Princípio da Moralidade, é permitido ao gestor público afastar a aplicação da lei quando esta for imoral.

32) Acerca da organização administrativa da Administração Pública, assinale a assertiva CORRETA:

a) A desconcentração administrativa ocorre quando determinada pessoa jurídica de direito público cria órgãos dotados de autonomia e personalidade jurídica própria para desafogar as instâncias superiores de atuação do Estado.

b) A descentralização administrativa ocorre quando uma lei ou ato normativo cria ou autoriza a criação de entidade como autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou fundação, as quais serão hierarquicamente subordinadas ao órgão público que as criou ou instituiu.

c) Os órgãos e entidades administrativas não possuem personalidade jurídica, capacidade processual, nem patrimônio próprio, mas podem ser representados em juízo pelo ente que as criou ou instituiu.

d) Somente por meio de lei podem ser criados ou extintos órgãos públicos, mas sua organização e funcionamento podem se dar por meio de Decreto, desde que não provoque aumento de despesa ou criação e extinção de outros órgãos.

33) Acerca da publicidade dos atos licitatórios na Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/21), assinale a assertiva CORRETA:

a) Os atos praticados no processo licitatório são públicos, ressalvadas as hipóteses de informações cujo sigilo traga vantagem econômica ou estratégica à Administração Pública, desde que devidamente fundamentado, na forma da lei.

b) A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição prévia para a eficácia do contrato e de seus aditamentos.

c) Os entes federativos poderão instituir portal próprio para divulgação exclusiva de seus atos licitatórios e respectivas contratações, desde que o disponibilizem em sítio eletrônico oficial e renunciem ao PNCP por meio de lei.

XXI PROCESSO SELETIVO DE ESTÁGIO – PGE/AC

d) A publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

34) Conforme previsto na Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/21), os processos e estruturas de governança devem ser implementados com vistas ao alcance dos seguintes objetivos, EXCETO:

- a) Evitar contratações com sobrepreço e superfaturamento na execução dos contratos, mediante adjudicação em favor da proposta de menor preço em qualquer caso.
- b) Assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto.
- c) Assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição.
- d) Incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

35) O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá obedecer aos requisitos e princípios estabelecidos pela Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/21) entre os quais:

- a) Na hipótese de contratação direta indevida ocorrida com dolo, fraude ou erro grosseiro, o contratado responderá diretamente pelo dano causado ao erário, e o agente público responsável responderá de forma pessoal e subsidiária, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.
- b) Quando a inexigibilidade decorrer de aquisição de bens ou serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos, a Administração deverá demonstrar a inviabilidade de competição mediante atestado de exclusividade, permitida a padronização ou preferência por marca específica.
- c) É dispensável a licitação nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou

da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos.

d) É dispensável a licitação para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de prestação de serviços, e inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de aquisição de bens.

36) Acerca dos atos administrativos, assinale a assertiva CORRETA:

- a) O motivo é o elemento do ato administrativo que diz respeito à situação de direito ou de fato que determina ou autoriza sua realização.
- b) O princípio da autotutela autoriza à Administração Pública revogar os próprios atos, quando ilegais, ou anulá-los, quando se tornarem inoportunos.
- c) A competência para edição de um determinado ato administrativo está diretamente ligada ao princípio da eficiência, pois somente está autorizado a praticar o ato o agente público que comprovar sua competência profissional.
- d) Embora a invalidação de um ato administrativo possa ser realizada tanto administrativa quanto judicialmente, a convalidação só pode ser realizada por um juiz togado.

37) Acerca do regime jurídico dos servidores públicos, assinale a assertiva CORRETA:

- a) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- b) Os cargos em comissão não necessitam de concurso público para serem providos, mas também não possuem estabilidade, e, portanto, são considerados de livre exoneração. Entretanto, não se pode falar em livre nomeação, pois deverão ser ocupados preferencialmente por servidores de carreira (efetivos).
- c) Quanto à participação das pessoas com deficiência nos concursos, entendeu o STF que é constitucional ato normativo que exclui previsão de adaptação em provas físicas de concursos públicos para candidatos com deficiência, em face do princípio da isonomia.
- d) Estagiários que atuam no serviço público não podem ser responsabilizados por improbidade administrativa, pois não são considerados agentes públicos.

XXI PROCESSO SELETIVO DE ESTÁGIO – PGE/AC

38) Bens Públicos são bens de titularidade do Estado, necessários ao desempenho de funções públicas, submetidos a um regime jurídico de direito público. Acerca do regime jurídico dos bens públicos, assinale a assertiva CORRETA:

- a) São exemplos de bens de uso comum do povo os rios, mares, estradas, ruas e praças, cujo uso por todos deverá ser gratuito.
- b) São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.
- c) Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial somente poderão ser alienados por intermédio de lei complementar.
- d) Os bens públicos somente estão sujeitos a usucapião para promover a reforma agrária.

39) Considere a seguinte situação hipotética: Durante o exercício da sua função como motorista de ambulância, determinado servidor público conduziu o veículo em alta velocidade a fim de atender ocorrência em favor de paciente em estado grave. No percurso, colidiu com motocicleta pertencente a particular e que estava regularmente estacionada em local permitido, ocasionando danos materiais.

Nesse caso, assinale a assertiva CORRETA no que se refere à responsabilidade civil do Estado.

- a) A Constituição Federal adotou a teoria subjetiva da responsabilidade, de forma que o Estado somente responderá pelo dano causado pelo motorista caso a colisão contra a motocicleta tenha ocorrido intencionalmente.
- b) O atendimento de paciente em estado grave suplanta o direito do particular à reparação de danos materiais, pois o direito à saúde é mais importante do que o direito à propriedade.
- c) A responsabilidade civil do Estado diante do particular será objetiva, bastando a demonstração de que a conduta do agente público causou o dano, ao passo que eventual ação regressiva da Administração contra o servidor dependerá da demonstração de dolo ou culpa.
- d) No caso narrado, o exercício regular da função pública exclui a responsabilização do Estado, porém o particular tem o direito de ação em face do servidor público que causou o dano.

40) A ação indenizatória ajuizada contra a Fazenda Pública em razão da responsabilidade civil do Estado prescreve em:

- a) 10 anos.
- b) 8 anos.
- c) 5 anos.
- d) 3 anos.

Direito do Trabalho e Processual do Trabalho

41) Quais os requisitos da relação de emprego?

- a) Serviço prestado por pessoa jurídica, personalidade, não eventualidade, subordinação e onerosidade.
- b) Serviço prestado por pessoa física, personalidade, eventualidade, subordinação e onerosidade.
- c) Serviço prestado por pessoa física, personalidade, não eventualidade, subordinação e onerosidade.
- d) Serviço prestado por pessoa física, impessoalidade, não eventualidade, subordinação e onerosidade.

42) Conforme disciplina do art. 7º da Constituição Federal de 1988, são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

- a) Salário-mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim.
- b) Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de 10 (dez) dias, nos termos da lei.
- c) Ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de 07 (sete) anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de 03 (três) anos após a extinção do contrato de trabalho.
- d) Autorização de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos maiores de dezesseis anos, e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, desde que na condição de aprendiz.

XXI PROCESSO SELETIVO DE ESTÁGIO – PGE/AC

43) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar:

- a) As ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- b) As causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho.
- c) As causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional.
- d) A ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual trabalhista, e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal trabalhista.

44) Denomina-se competência territorial ou de foro aquela determinada com base nos espaços geográficos sobre os quais exista o órgão jurisdicional. Trata-se, portanto, de um modo de delimitação territorial da jurisdição. São três as regras destinadas a definir a Vara perante a qual à questão deve ser promovida, estabelecidas no artigo 651, da CLT. Aponte a alternativa que contém uma delas:

- a) Quando for parte de dissídio agente ou viajante comercial, a competência será da Junta da localidade em que a empresa tenha agência ou filial e a esta o empregado não esteja subordinado e, na falta, será competente a Junta da localização em que o empregado tenha sido contratado.
- b) A competência das Juntas de Conciliação e Julgamento é determinada pela localidade onde o empregado, reclamante ou reclamado, prestar serviços ao empregador, ainda que tenha sido contratado noutro local ou no estrangeiro.
- c) A competência das Juntas de Conciliação e Julgamento, estabelecida neste artigo, estende-se aos dissídios ocorridos em agência ou filial no estrangeiro, independente que o empregado seja brasileiro e haja convenção internacional dispondo em contrário.
- d) Nas ações ajuizadas para cobrar indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho.

45) No que tange à responsabilidade da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresas terceirizadas prestadoras de

serviço, após regular processo licitatório, marque a alternativa CORRETA de acordo com o enunciado sumular do Tribunal Superior do Trabalho.

- a) Em hipótese alguma se mostra possível a imposição da responsabilidade subsidiária ou solidária aos entes da Administração Pública, por dívidas trabalhistas mantidas por empresas de terceirização por eles contratadas.
- b) O ônus da prova da culpa *in vigilando* e da culpa *in eligendo* da Administração Pública tomadora dos serviços deve ser suprido por parte do reclamante ou reclamado, aos quais cabe provar a falha na fiscalização do contrato de terceirização.
- c) O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados da empresa contratada não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, ainda que em caráter subsidiário.
- d) É válida a decisão judicial que reconhece a responsabilidade subsidiária da Administração Pública, com base no mero inadimplemento das obrigações trabalhistas pela prestadora de serviços, em face da fiscalização ineficaz.

Direito Tributário

46) A Constituição Federal consagra a classificação pentapartida dos tributos, uma vez que prevê em seu texto cinco espécies tributárias. Nesse sentido, assinale a alternativa abaixo, cuja espécie NÃO se encontra nessa classificação:

- a) Preço público.
- b) Taxa, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição.
- c) Empréstimo compulsório.
- d) Contribuição de melhoria.

47) O imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS é de competência dos Estados e do Distrito Federal, que representa uma parte significativa da arrecadação desses entes. Por essa razão, a Constituição Federal dispensou um tratamento minucioso em relação a esse imposto. Dito isto, julgue a alternativa CORRETA acerca dos aspectos normativos expressamente previstos no Texto Constitucional:

XXI PROCESSO SELETIVO DE ESTÁGIO – PGE/AC

- a) O ICMS será seletivo, em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços.
- b) O ICMS poderá ser não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal.
- c) Resolução do Senado Federal, de iniciativa do Presidente da República ou de um terço dos Senadores, aprovada pela maioria absoluta de seus membros, estabelecerá as alíquotas aplicáveis às operações e prestações, interestaduais e de exportação.
- d) O ICMS não incidirá sobre a entrada de bem ou mercadoria importados do exterior por pessoa física ou jurídica.

48) De acordo com o Código Tributário Nacional, referente à legislação tributária, julgue a alternativa CORRETA:

- a) Decreto pode estabelecer a cominação de penalidades para as ações ou omissões contrárias a seus dispositivos, ou para outras infrações nela definidas.
- b) A lei aplica-se a ato ou fato pretérito em qualquer caso, quando seja expressamente interpretativa, excluída a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados.
- c) Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre extinção do crédito tributário
- d) A lei tributária pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e formas de direito privado, utilizados, expressa ou implicitamente, pela Constituição Federal, pelas Constituições dos Estados, ou pelas Leis Orgânicas do Distrito Federal ou dos Municípios, para definir ou limitar competências tributárias.

49) São causas, respectivamente, de extinção, exclusão e suspensão do crédito tributário:

- a) isenção, pagamento e moratória.
- b) decadência, anistia e conversão de depósito em renda.
- c) prescrição, isenção e parcelamento.
- d) anistia, decadência e concessão de medida liminar em mandado de segurança.

50) A Lei nº 6.830/80 dispõe sobre o rito de cobrança judicial dos débitos inscritos em Dívida Ativa da Fazenda Pública. Dito isto,

com base na referida Lei, indique a alternativa correta:

- a) A competência para processar e julgar a execução da Dívida Ativa da Fazenda Pública exclui a de qualquer outro Juízo, inclusive o da falência, da concordata, da liquidação, da insolvência ou do inventário.
- b) A inscrição, que se constitui no ato de controle administrativo da legalidade, será feita pelo órgão competente para apurar a liquidez e certeza do crédito e suspenderá a prescrição, para todos os efeitos de direito, por 360 dias, ou até a distribuição da execução fiscal, se esta ocorrer antes de findo aquele prazo.
- c) Até a decisão de segunda instância, a Certidão de Dívida Ativa poderá ser emendada ou substituída, assegurada ao executado a devolução do prazo para embargos.
- d) A execução fiscal poderá ser promovida contra o devedor, fiador, espólio, massa e responsáveis, exceto os sucessores a qualquer título.

